



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOPEDAGOGIA
ESCOLAR – GEPPE**

IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR

**“O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces:
compreendendo e atuando com as dificuldades de
aprendizagem”**



ANAIS DO EVENTO

ISSN: 2179-7978

09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Os conteúdos dos textos são de responsabilidade de seus autores

**ATENDIMENTO ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ENSINO –
NADH (Núcleo de Apoio às Diferenças Humanas), UBERLÂNDIA, MINAS
GERAIS.**

Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues
PMU/NADH/CEMEPE
E-mail: elisangelarodrigues@yahoo.com.br

RESUMO

Após a Declaração da Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas, ocorrida na Espanha em junho de 1994, reafirmou o direito de todos à educação, independentemente de suas diferenças, enfatizando que a educação de pessoas com deficiência é parte integrante do sistema educativo. A atuação do psicopedagogo assume um papel de relevante importância no contexto da educação. A pesquisa realizada teve como objetivo investigar os tipos de necessidades especiais nos atendimentos realizados por psicopedagogos a alunos do 1º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Foi realizado um levantamento dos casos de alunos matriculados na rede municipal de ensino com algum tipo de deficiência no período de 2012 a 2015 pelo NADH (Núcleo de Apoio às Diferenças Humanas). Os resultados apontam que é necessário ressignificar o projeto político pedagógico escolar, a formação contínua dos psicopedagogos, o estabelecimento gradativo de uma infraestrutura de serviços para a escola inclusiva bem como a participação de toda comunidade (pais) como parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.

Palavras-chave: Psicopedagogos, Educação Especial, NADH

INTRODUÇÃO

A princípio, até a década de 1960, o Brasil seguia a orientação de alternativa para atendimento em separado, às pessoas com deficiência, por possuírem problemas de aprendizagem que os diferenciavam das demais pessoas. Na década de 1970, com a individualização do ensino, a nova tendência procurava respeitar as características de cada pessoa, particularmente no ensino-aprendizagem o que levou à normalização (BANK-MIKKELSEN; NIRJE, 1969).

Mrech (1998, p.39) afirma que:

a normalização diz respeito a colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de

permanecer na classe comum sem o auxílio do professor da área de educação especial.

Os princípios da normalização encontram respaldo legal e político educacional nos documentos:

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988), artigo 208, inciso III que assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU,1989);
- Declaração da Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, ocorrida na Espanha em junho de 1994, que reafirmou o direito de todos à educação, independentemente de suas diferenças, enfatizando que a educação de pessoas com deficiências parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1994);
- Política Nacional de Educação Especial (1994), e
- Plano Decenal de Educação para Todos (1994).

A Educação do Brasil tem como finalidade a formação comum em condições adequadas para o exercício da cidadania e oferecer-lhes meios para progredir no trabalho profissional e promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social.

Considerando as diferenças dos alunos com deficiência, a Educação Especial aperfeiçoa currículos, metodologias e recursos didáticos próprios, que servem como orientação para os educadores. O currículo básico adotado pelo sistema educacional brasileiro é unificado para todas as regiões do País e para todos os seus alunos.

Segundo Schwartzman (1999, p.233):

A educação da criança é uma atividade complexa, pois exige adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais. O portador de necessidades educativas especiais, quando integrado na classe comum, apropria-se do saber, respeitadas as suas necessidades de aprendizagem.

A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o

bom andamento do processo de ensino-aprendizagem. O processo de ensino-aprendizagem é pautado na adoção de estratégias baseadas em pesquisas introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores.

O Ministério da Educação e do Desporto, baseado no princípio de que o Sistema Educacional deve promover a cidadania sem discriminações, como direito constitucional, preconiza a Educação como direito de todos. Porém, vem sendo implementado diversos serviços educacionais, dentre os quais compõem as modalidades da Educação Especial. Cabe à Educação Especial, oferecer oportunidades que garantam o acesso e a permanência na escola o aluno com necessidades educativas especiais, bem como sua terminalidade acadêmica (SEESP, 1995).

A Escola Inclusiva deve atender aos estudantes com deficiência o mais próximo de sua residência e propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns (SEESP, 1995).

PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia é constituída a partir de dois saberes e práticas: da psicologia e pedagogia. Também recebe influência da psicanálise, porém diferencia-se da psicologia escolar nos aspectos: origem, formação e atuação. Quanto à origem, a psicologia escolar tem como foco compreender as causas do fracasso escolar e a psicopedagogia tem como função procurar as causas e tratar determinadas dificuldades de aprendizagem específicas. Quanto à formação, a psicopedagogia escolar configura como uma especialização na área de psicologia.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os alunos com deficiências, Superdotação/Altas Habilidades e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), devem ser atendidos em conjunto com os professores regentes, mediante um trabalho colaborativo (BRASIL, 2008).

Pinheiro (2011, p. 06) ressalta que:

[...] o psicopedagogo pode incentivar o professor e a escola, a repensarem o seu papel de docência frente às dificuldades de aprendizagens do alunado, comprometendo-se a mediar estratégias, metodologias, objetivos para reformular propostas das práticas avaliativas no âmbito escolar, com a meta de mudar a aprovação/reprovação dos alunos como uma arma, que muitas vezes, é um dos motivos para o fracasso escolar, ou seja, uma redefinição das práticas avaliativas, a correção de um método de repressão para ser

utilizada como ferramenta pedagógica para a evolução psicológica, educacional e social do discente. Assim, o psicopedagogo precisa atuar em sala de aula juntamente com o docente, apoiando-o para amenizar os problemas familiares, sociais e solucionar as dificuldades educacionais da criança.

A psicopedagogia é basicamente reconhecida e entendida como um método que contribui, juntamente com a psicanálise, pedagogia e a psicologia, para participar na solução de problemas que surgem no contexto educativo, vindo estes, do ambiente familiar, escolar, do meio social, econômico, cultural ou de outras origens (MARTINS; FIGUEREDO, 2011).

Scoz (2002, p.22) enfatiza:

Não há apenas uma única causa para os problemas de aprendizagem [...] é preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivo-sociais.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UBERLÂNDIA

O NADH (Núcleo de Apoio às Diferenças Humanas) é o núcleo da Secretaria Municipal de Educação, localizado no Cemepe – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas municipais de Uberlândia (NADH, 2015).

O núcleo tem como princípios norteadores garantir o acesso e a permanência com qualidade do aluno na escola regular, por meio da complementação pedagógica do processo ensino-aprendizagem. E objetiva viabilizar os serviços da educação especial junto à educação escolar de crianças, jovens e adultos por meio do AEE na Rede Pública Municipal de Ensino. Ele congrega e cumpre as exigências de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (NADH, 2015).

Além de cumprir com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o NADH promove cursos de formação contínua através de projetos, estudos, pesquisas e intervenções no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM na

Rede Municipal de Ensino Fundamental, Educação Infantil e de Jovens e Adultos junto ao seu público-alvo da educação especial:

- alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
- alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas (intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade).

O NADH intervém na aplicação dos serviços da educação especial junto ao contexto da Educação Básica materializado no AEE, estabelecendo articulação e assessoramento aos alunos e professores da sala de aula comum. Também disponibiliza serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade e estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares partindo de suas necessidades e garantindo o acesso, a qualidade e a permanência desse aluno na escola regular, por meio do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, tem como meta a efetivação de uma política de Educação Especial fundamentada na proposta de uma educação que reconhece a diversidade e valoriza a diferença humana (NADH, 2015).

OBJETIVO

A pesquisa realizada teve como objetivo investigar os tipos de necessidades especiais nos atendimentos realizados a alunos do 1º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia pelo NADH, no período de 2012 a 2015.

METODOLOGIA

A presente pesquisa desenvolveu-se através de um levantamento dos casos de alunos matriculados na rede municipal de ensino com algum tipo de deficiência pelo NADH e por meio de pesquisas bibliográficas. As pesquisas bibliográficas fundamentam-se pelos conhecimentos proporcionados pela Biblioteconomia e Documentação bem como a redação do trabalho científico (SALOMON, 2004).

RESULTADOS

No período do estudo, houve ampliação de 1.074 para 1.710, o número de alunos da Educação Especial atendidos pelas escolas municipais. O NADH atendeu os casos de alunos com necessidades especiais, dos quais estudam em 53 escolas de ensino fundamental, na zona urbana (41) e zona rural (12).

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, neste período, a maioria dos alunos com deficiência atendidos pelo AEE tem deficiência intelectual.

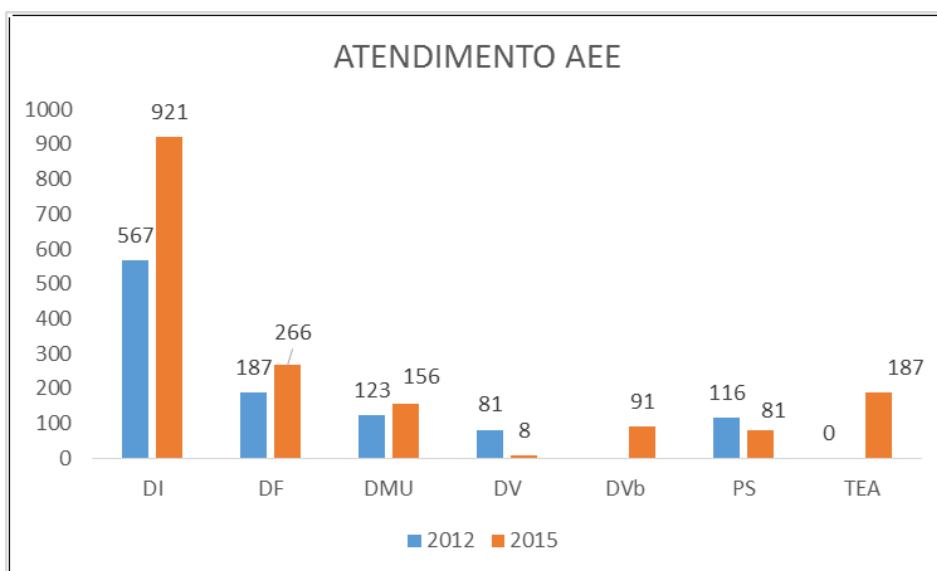


Gráfico 1: Número de atendimentos AEE pelo NADH, no período de 2012 a 2015.

O aluno com deficiência intelectual possui dificuldade acentuada na aprendizagem, significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer (FALCONI; SILVA, 2012).

Os resultados dos atendimentos foram os seguintes, acréscimo de: 20,70% (354) na área de Deficiência Intelectual (DI), 4,61% (79) com Deficiência Física (DF) e 1,93% (33) com Deficiências Múltiplas (DMU).

Outro fator relevante foi o desmembramento da modalidade do atendimento Deficiente Visual (DV) com Deficiência Visual baixa (DVb). No ano de 2012, os atendimentos eram voltados apenas para DV, percebe-se, em 2015 um atendimento mais detalhado sobre o tipo de necessidade educativa especial DVb, com 5,32% (91).

Outro desmembramento dos tipos de necessidades especiais foi o de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) que permitiu a visualização de outras especificidades como o TEA - Transtorno do espectro autista (10,94%).

Os atendimentos para Pessoa com Surdez (PS) na rede pública sofreu uma diminuição de 2,04% (35), este motivo pode ser explicado devido a oferta de escolas particulares voltadas para o estudo da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

CONCLUSÕES

Além do projeto político pedagógico é preciso o estabelecimento de uma infraestrutura de serviços gradativamente, a escola inclusiva irá criar uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades.

O NADH oferece a formação continuada aos profissionais que atuam no AEE, à comunidade e aos professores da sala comum, tais como: Aprendizagem Mediada dentro e fora da sala de aula; Braille; Reconhecendo os alunos com altas habilidades e superdotação: saberes e fazeres; Educação Física: Esportes Adaptados; Educação Física: Seus saberes e seus fazeres; A escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo (novo paradigma para novas práticas: construção e ação – 2ª Edição); Curso básico e intermediário de LIBRAS; Curso básico Tradutor e Intérprete de LIBRAS; Curso Orientação Pedagógica e Atribuições do Professor de Apoio e o Curso de Orientação e mobilidade.

O núcleo propõe uma rede de multiplicadores com os profissionais da educação nas escolas para a atuação na perspectiva da educação inclusiva em defesa de um trabalho educativo, comprometido com o desenvolvimento humano e qualitativo nos processos de ensino-aprendizagem, podendo assim possibilitar mudanças nas concepções de formação existentes no âmbito do sistema de ensino. Nesse sentido, construir uma escola que contemple a todos demanda significativo grau de transformação na sua

orientação pedagógica, na sua política e cultura escolar, de modo a interferir e reconstruir o significado de recursos teórico, didático e pedagógico para ensinar a todos os seus alunos em sala de aula, propiciando a reflexão e ressignificação da prática pedagógica, condição para que ocorra a transformação e emancipação do sujeito.

Os resultados apontam que é necessário ressignificar o projeto político pedagógico escolar, a formação contínua dos psicopedagogos, o estabelecimento gradativo de uma infraestrutura de serviços para a escola inclusiva bem como a participação de toda comunidade (pais) como parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.

REFERENCIAS

BANK-MIKKELSEN, N. E. A Metropolitan area in Denmark: Copenhagen. *In*: R. KUGEL, R. B.; WOLFENSBERGER, W (Eds.). **Changing patterns in residential services for the mentally retarded**. Washington: President's Committee on Mental Retardation, 1969. Disponível em: <<http://www.disabilitymuseum.org/lib/docs/1942.htm>>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Secretaria de Assuntos Educacionais, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, 1994.

FALCONI, E. R. M.; SILVA, N. A. S. Estratégias de Trabalho Para Alunos Com Deficiência Intelectual AEE. 2009. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/123625277/Estrategias-pedagogicas-para-alunos-com-DI> >. Acesso em: 23 out. 2015.

MARTINS, M, N., FIGUEIREDO, L.M.S. Um olhar psicopedagógico sobre dificuldades de aprendizagem. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano IV. N°6, 2011.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Revista Integração, Brasília: Ministério**

de Educação, Secretaria de Educação Especial, C. 8, p.37/40, 1998.

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação especial, Brasília-DF: MEC/SEESP, 1995. BRASIL, Secretaria de Educação Especial.

NÚCLEO DE APOIO ÀS DIFERENÇAS HUMANAS- NADH. Disponível em: <<http://cemepe.ntecemepe.com/nucleos/nucleodeapoioasdiferencashumanas>>. Acesso em 4 de agosto de 2105.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em 25 out. 2015.

SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia. 11a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memon, 1999.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e Realidade Escolar: O Problema Escolar e de Aprendizagem**, Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha.